UM COMPROMISSO COM O FUTURO DO BRASIL

Carta Aberta ao Presidente da República reeleito e às Governadoras e aos Governadores eleitos e reeleitos

O Brasil inicia um novo ciclo que nos convida a olhar para além das circunstâncias do presente e a assumir responsabilidades com o futuro. Os desafios nacionais exigem mais do que respostas imediatas. Exigem visão de Estado, compromisso com as próximas gerações e capacidade de transformar decisões públicas em desenvolvimento e prosperidade para a sociedade.

Entre esses desafios, destaca-se a necessidade urgente de aprimorar a qualidade do gasto público. Antes de discutir quanto o Estado arrecada ou gasta, é preciso avançar na compreensão de como os recursos são administrados, quais resultados eles produzem e de que maneira, de fato, contribuem para melhorar a vida dos brasileiros.

Um Estado fiscalmente responsável não é o que menos gasta nem o que mais arrecada, mas o que arrecada com justiça, decide com critério e gasta com eficiência, convertendo recursos públicos em resultados para a sociedade.

A qualidade do gasto público deve, portanto, ocupar lugar central na agenda nacional. É por meio do planejamento, da adequada alocação dos recursos, da avaliação das políticas públicas e da gestão responsável do patrimônio e dos riscos que se constroem condições duradouras para o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das contas públicas.

Essa responsabilidade exige instituições sólidas, governança, integridade, transparência, mecanismos efetivos de controle e, sobretudo, informações confiáveis que permitam ao Estado conhecer sua realidade, orientar decisões e prestar contas à sociedade.

Nesse contexto, a Contabilidade e o Controle Externo desempenham papéis essenciais e complementares. A Contabilidade produz informações que permitem compreender a situação orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do Estado, enquanto os Tribunais de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, exercem a fiscalização dos recursos públicos, avaliam a gestão e contribuem para o aperfeiçoamento das políticas governamentais.

O fortalecimento dessa atuação passa também pela efetiva implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), convergidas aos padrões internacionais (IPSAS). Isso amplia a qualidade, a transparência, a rastreabilidade e a comparabilidade das informações públicas e fortalece a confiança da sociedade nesses dados.

A confiança é um dos fundamentos do desenvolvimento econômico e social. Quando as informações contábeis são íntegras, transparentes e confiáveis, ampliam-se a segurança das decisões, a previsibilidade econômica e a credibilidade das instituições. Esse ambiente favorece a atração de investimentos, estimula a atividade produtiva, impulsiona a geração de empregos e cria condições para o bem-estar da população. **A Contabilidade ocupa, assim, posição central na construção da confiança pública, transformando informações em base de credibilidade para os investimentos, para o desenvolvimento e para a consequente prosperidade da sociedade.**

Nessa mesma perspectiva, a modernização do sistema tributário brasileiro, com a implementação da Reforma Tributária, representa outra oportunidade para o aprimoramento do Estado brasileiro. Seu êxito dependerá da simplificação efetiva, da redução da carga tributária, da segurança jurídica, da integração dos sistemas, da cooperação federativa e da diminuição dos custos de conformidade – condições indispensáveis para um ambiente de negócios mais competitivo e favorável ao crescimento econômico.

É diante desses desafios que o **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**, responsável por orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil e que representa mais de meio milhão de Contadoras, Contadores, Técnicas e Técnicos em Contabilidade, e a **Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)**, entidade que representa mais de 350 membros dos 33 Tribunais de Contas brasileiros, apresentam esta manifestação conjunta.

Por isso, propomos a construção de uma **Agenda Conjunta pelo Brasil**, que reúna os governos federal e estaduais, o CFC, a Atricon e outras instituições comprometidas com o interesse público, em torno de prioridades comuns: qualidade do gasto, governança, transparência, integridade, aperfeiçoamento dos controles, responsabilidade fiscal, segurança jurídica e sustentabilidade das finanças públicas.

Uma agenda de cooperação técnica, diálogo permanente e busca de soluções, capaz de contribuir para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas, respeitando a autonomia e as competências de cada instituição.

Mais do que oferecer diagnósticos, queremos contribuir com conhecimento, experiência e capacidade institucional para transformar desafios em soluções e boas intenções em resultados.

Nosso compromisso é colocar a Contabilidade e o conhecimento técnico do Controle Externo a serviço de um Estado que planeje melhor, administre com responsabilidade, controle com efetividade e entregue mais à sociedade.

Ao Presidente da República reeleito e às Governadoras e aos Governadores eleitos e reeleitos, manifestamos nossa disposição de colaborar na construção deste novo ciclo, certos de que os grandes desafios nacionais exigem diálogo, cooperação e compromissos que ultrapassem governos, partidos e mandatos.

O futuro do Brasil não será definido apenas pelo volume dos recursos disponíveis, mas, sobretudo, pela qualidade das escolhas que fizermos e pelos resultados que formos capazes de construir.

O verdadeiro compromisso com o Brasil é aquele que vai além do equilíbrio fiscal e alavanca o desenvolvimento, as oportunidades e a melhoria da vida das pessoas.

Brasília, 04 de novembro de 2026.

JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO
Presidente do Conselho Federal
de Contabilidade – CFC

EDILSON DE SOUSA SILVA
Presidente da Associação dos Membros dos
Tribunais de Contas do Brasil – Atricon